

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE LITORAL NORTE - OSÓRIO
CURSO SUPERIOR DE PEDAGOGIA LICENCIATURA**

LARISSA MONTEIRO DA SILVA

**ANÁLISE DOS DOCUMENTOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL A
RESPEITO DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO**

**OSÓRIO
2022**

LARISSA MONTEIRO DA SILVA

**ANÁLISE DOS DOCUMENTOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL A
RESPEITO DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO**

Monografia apresentada como requisito para
obtenção do título de licenciada em Pedagogia na
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientador: Professor Dr. Leandro Forell.

**OSÓRIO
2022**

Catlogação de Publicação na Fonte

S586a Silva, Larissa Monteiro da.

Análise dos documentos norteadores da educação infantil a respeito do processo de alfabetização. / Larissa Monteiro da Silva. – Osório, 2022.

33 f.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Forell.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Licenciatura em Pedagogia, Unidade em Osório, 2022.

1. Educação Infantil. 2. Alfabetização. 3. Letramento. 4. Cultura escrita. 5. Linguagem escrita. I. Forell, Leandro. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Valéria Lucas Frantz CRB10/1710

LARISSA MONTEIRO DA SILVA

**ANÁLISE DOS DOCUMENTOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL A
RESPEITO DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO**

Monografia apresentada como requisito para
obtenção do título de licenciada em Pedagogia na
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Forell.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Leandro Forell

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr. Viviane Maciel Machado Maurentes

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Prof.^a Ma. Cinara Rick

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO DO RIO GRANDE DO SUL - SESC/RS

**OSÓRIO
2022**

Este trabalho é dedicado às minhas avós Izaura e Marlene, que estavam presentes não fisicamente, mas no meu coração.

AGRADECIMENTOS

Foram longos e árduos anos dedicados à minha graduação. Durante o processo muitas pessoas contribuíram para que eu chegasse até aqui e eu não poderia deixar de agradecer...

... à minha mãe Cassilda, por me dar suporte emocional, me colocar no colo quando precisei e pelo amor incondicional;

... ao meu pai Arli, que mesmo com vários questionamentos sobre minha escolha profissional, me apoiou para que eu concluísse minha graduação;

... à minha irmã que esteve e está comigo sempre que eu preciso, seja para me puxar a orelha ou me encher de palavras de acalento;

... ao meu amor Vinícius, que acreditou em mim e me deu confiança para seguir adiante;

... à psicóloga Rafaela, que me guiou por meio da terapia para que eu não desistisse da graduação.

... aos amigos que passaram pela minha vida nestes anos;

... às colegas de trabalho que acreditaram no meu potencial;

... à todas as crianças, que passaram por minha vida durante os anos trabalhando em escolas, que me deram certeza que eu estava na profissão certa.

... ao meu orientador Professor Dr. Leandro Forell, por ter aceito me orientar para que eu encerrasse este ciclo de minha vida.

... e à Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, por me abrir portas para a vida profissional.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como foco a alfabetização e a Educação Infantil, partindo do princípio que as crianças estão inseridas no mundo letrado desde que nascem. A pesquisa tem como objetivo identificar nos documentos norteadores da Educação Infantil o que se normatiza a respeito da alfabetização de crianças pequenas. O recurso metodológico escolhido para realização da pesquisa foi o estudo exploratório, sendo ele documental. Os dados foram levantados por meio da análise dos documentos da Educação Infantil em contraste com a literatura. Nesta pesquisa busquei me aprofundar nas teorias dos seguintes teóricos: Magda Soares (2020), Ferreiro (2002) e Britto (2005), para compreender as concepções de alfabetização; Baptista (2010), Kishimoto (2010), Augusto (2011), buscando refletir sobre como o texto de algumas legislações da Educação Infantil normatizam a alfabetização ou ainda o processo de letramento das crianças nesta etapa da Educação Básica. leitura e escrita na Educação Infantil. Com esta pesquisa, concluo que os documentos norteadores da Educação Infantil não são alfabetizadores, mas buscam introduzir as crianças no mundo da leitura e escrita através de uma infinidade de vivências e experiências, como nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) e na Base Nacional Comum Curricular (2017), os quais aponta como eixos estruturantes da Educação Infantil, as brincadeiras e interações.

Palavras-chave: Educação Infantil. Alfabetização. Letramento. Cultura escrita. Linguagem escrita.

ABSTRACT

The present Course Conclusion Work focuses on literacy and Early Childhood Education, assuming that children are inserted in the literate world from birth. The research aims to identify in the guiding documents of Early Childhood Education what is regulated about the literacy of young children. The methodological resource chosen to carry out the research was the exploratory study, which is documentary. Data were collected through the analysis of Early Childhood Education documents in contrast to the literature. In this research I sought to delve into the theories of the following theorists: Magda Soares (2020), Ferreiro (2002) e Britto (2005), to understand the concepts of literacy; Baptista (2010), Kishimoto (2010), Augusto (2011), seeking to reflect on how the text of some Early Childhood Education legislation regulates literacy or even the literacy process of children at this stage of Basic Education. reading and writing in Early Childhood Education. With this research, I conclude that the guiding documents of Early Childhood Education are not literacy, but seek to introduce children to the world of reading and writing through an infinity of experiences and experiences, as in the National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education (2009) and in the National Common Base curriculum (2017), which points out as structuring axes of Early Childhood Education, games and interactions.

Keywords: Early Childhood Education. Literacy. literacy. Written culture. Written language.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	10
2.1 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO COM CRIANÇAS PEQUENAS: TENSÕES E CONCEPÇÕES	10
2.2 OUTROS DIÁLOGOS PARA PENSAR SOBRE A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS PEQUENAS.....	14
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	17
4 O QUE NORMATIZAM OS DOCUMENTOS OFICIAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS PEQUENAS?.....	19
5 CONSIDERAÇÕES.....	31
REFERÊNCIAS.....	32

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho de conclusão de curso apresenta-se a pesquisa realizada na graduação de Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade do Rio Grande do Sul-UERGS, na Unidade de Osório/Litoral Norte.

Durante um estágio realizado em uma escola privada da cidade onde moro, tive a oportunidade de trabalhar na Educação Infantil, com crianças de 4 anos. Nesta escola, a alfabetização estava presente antes mesmo do primeiro ano dos anos iniciais, por meio de apostilas e práticas que tratavam diretamente do ensino da língua escrita. Ao longo do meu percurso como graduanda no curso de pedagogia sempre estive presente narrativas que traziam esta prática como algo problemático, na maioria das vezes.

Ainda durante minha prática em sala, busquei refletir acerca de como poderiam ser trabalhadas as práticas de leitura e escrita com as crianças pequenas com mesma faixa etária das crianças da turma. Conforme Baptista (2010), as crianças demonstram desejo de aprender e apropriam-se do sistema de escrita justamente pela interação que têm desde muito pequenos com a cultura escrita. Diante dos desafios diários das práticas docentes e as mudanças constantes da sociedade, se faz necessário refletir sobre o agir docente.

Entrei na graduação com muitas dúvidas do que eu queria para minha profissão. Escolhi a pedagogia com intuito de seguir carreira como professora de crianças pequenas, pois tenho admiração pelo desenvolvimento delas. Relembrando minhas experiências quando criança, lembro-me como algumas práticas de alfabetização da época foram engessadas e pouco atrativas para mim. Gostaria com esta pesquisa, poder ressignificar algumas dessas práticas.

Por tanto, articulei como problema de pesquisa para este estudo: **O que normatizam os documentos oficiais da Educação Infantil sobre a alfabetização de crianças pequenas?**

Para isso, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- analisar os documentos norteadores da Educação Infantil;

- refletir sobre como se deve desenvolver práticas de leitura e escrita com as crianças pequenas a partir do que dizem os teóricos e legislações levantadas neste estudo.

Indo em busca de responder minhas indagações, realiza-se um estudo exploratório documental, para tal, será feito uma análise dos documentos norteadores da Educação Infantil.

Penso ser relevante pontuar sobre a escolha em realizar uma pesquisa documental visto que, o contexto pandêmico da Covid-19¹, distanciou-me da oportunidade de vivenciar o cotidiano das crianças em sala, por conta do isolamento social que foi proposto como meio de evitar a transmissão do vírus.

¹ Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde - OMS - declarou pandemia mundial devido aos crescentes casos de Coronavírus - Covid 19 que culminou no isolamento físico e quarentena da maior parte da população mundial.

2 LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

2.1 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO COM CRIANÇAS PEQUENAS: TENSÕES E CONCEPÇÕES

A alfabetização e letramento na Educação Infantil ainda é um assunto polêmico e discutido entre os docentes e pesquisadores da área. Tebaldi (2019), deixa evidente que o posicionamento dos docentes aparece de duas formas: “algumas defendendo o letramento na Educação Infantil, outras temendo que as práticas com as crianças envolvendo e escrita sejam vazias de sentido” (TEBALDI, 2019, p.3).

Ainda seguindo com o exposto da teórica acima, que argumenta sobre a escassez de “[...] pesquisas e publicações sobre letramento, formação do leitor e literatura na Educação Infantil.” (TEBALDI, 2019, p.3). Pois afirma que o trabalho com a leitura e a escrita segue sendo tabu em nosso país. .

A autora afirma ainda que, embora exista um enriquecimento literário por parte de autores e instituições que ofertam obras e mediam o contato com a leitura, ainda assim: O trabalho desenvolvido com as crianças nos contextos educativos continua muito incipiente e empobrecido no que se refere à leitura, oralidade e brincadeiras infantis.

A escola deveria ser um lugar libertador, com atrativos que envolvessem as crianças, um lugar prazeroso, nos quais, os deveres surgissem de maneira atrativa para as crianças e não simplesmente como práticas a serem seguidas e cumpridas como meta anual, pois penso que pode vir a se tornar cansativo e sem motivação, em contrapartida algumas instituições de Educação Infantil oferecem o recreio como forma de recompensa.

No entanto, ainda há controvérsias no que diz respeito à alfabetização na Educação Infantil, e podemos acompanhar o que aponta Magda Soares (2020), quando disserta que a alfabetização é o processo de apropriação da “tecnologia da escrita”, que é apropriar-se “do conjunto de técnicas, habilidades necessárias para a prática da leitura e da escrita, como o domínio da escrita alfabética e das normas ortográficas.” (SOARES, 2020, p. 27). Para a referida

autora, a alfabetização passa a ser a capacidade “de uso da escrita para inserir-se nas práticas sociais [...] como a capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos – para informar ou informar-se.” (SOARES, 2020, p. 27).

Para Britto (2005), alfabetizar não é ter domínio de uma técnica, mas sim tornar a pessoa pertencente ao mundo da escrita de modo que ela possa utilizar os discursos da escrita e “[...] ter condições de operar criticamente com os modos de pensar e produzir da cultura escrita”. (BRITTO, 2005, p.13).

Logo que a criança tem contato com a leitura tão cedo, de forma adjunta com os adultos, letreiros, televisão, jornais, livros, ela manifesta interesse pela cultura escrita. Para melhor entendimento da criança é necessário que ela tenha contato dentro e fora da sala, na qual pode ofertar todo tipo de material que for possível, como meio facilitador da compreensão. Segundo Ferreiro: "Em cada classe de alfabetização deve haver um “canto ou área de leitura” onde se encontrem não só livros bem editados e bem ilustrados, como qualquer material que contenha escrita..." (FERREIRO, 2002, p.33), pois isso faz com que a criança além de criar interesse pela escrita, construa hipóteses de escrita. Desta forma, a criança é inserida naturalmente no mundo letrado.

Continuando com nossa busca, considerando que há diferentes concepções sobre alfabetização, as opiniões sobre alfabetização na Educação Infantil se dividem entre afirmações que advogam que não se pode alfabetizar as crianças pequenas e aquelas que o fato de que alguns pesquisadores acreditam que o processo de alfabetização começa desde que nascemos. (KISHIMOTO; OLIVEIRA, 2013, p. 21).

Ao encontro da ideia de que desde bem pequenos já se começa o processo de letramento/literacia. Kishimoto (2010) afirma que:

A aprendizagem da linguagem escrita pode ocorrer em casa ou na escola, por meio de escrita e leitura de cartas e cartões, internet, catálogos, cartas, receitas, guias de TV, lista de supermercado, jornais, jogos eletrônicos, de tabuleiro, livros, revistas, jornais ou até fazendo um trabalho doméstico. (KISHIMOTO, 2010, p. 25).

Dando continuidade ao exploratório a autora afirma que as crianças constroem hipóteses sobre a escrita mesmo antes de saber ler e escrever, que existe uma relação direta com a realidade da criança, que ao brincar explora sentidos, e que existe uma ampla conjunção entre elas, expressão motora, oralidade, a leitura e escrita. Afirma que:

O termo “emergência” surge no final dos anos 1970 e início dos 1980, indicando que as crianças já constroem hipóteses sobre a escrita mesmo sem saber ler e escrever. Há uma relação estreita entre a expressão motora, a oralidade, a leitura e a escrita. Brincando um bebê explora as coisas ao seu redor. O som é um deles. (KISHIMOTO, 2010, p. 19).

Contudo ainda sobre o olhar da autora, uma criança não sabe ler e escrever simplesmente quando desenvolve o ato, neste contexto ela evidencia Soares (1998, p.30):

Ter-se apropriado da escrita é diferente de ter aprendido a ler e escrever: aprender a ler e escrever significa adquirir uma tecnologia, a de codificar em língua escrita e de decodificar a língua escrita; apropriar-se da escrita é tornar a escrita “própria”, ou seja, é assumi-la como sua “propriedade”. (SOARES, 1998, p. 30).

Neste trecho, a autora explica que não basta saber ler e escrever, pois isso é codificar. Mas a criança precisa tornar desta prática, fazer uso em prol de sua própria realidade, para tornar-se introduzido em sociedade, tornando-se independente e autônomo.

Podemos trazer a ideia da autora Baptista (2010) que também defende a hipótese que as crianças desenvolvem o interesse pelo funcionamento da linguagem escrita desde muito cedo. Ela pensa que:

Não é preciso que a criança compreenda as relações entre fonemas e grafemas para construir sentidos ao escutar a leitura de uma história ou ao elaborar narrativas a partir de um livro de imagens, por exemplo. As crianças formulam hipóteses, criam histórias, inventam sentidos, atestando assim seu protagonismo em relação ao processo de construção de conhecimentos sobre a linguagem escrita. O desejo de compreender o sistema de escrita e dele se apropriar é fruto da interação da criança com a cultura escrita, o que pode ocorrer antes mesmo de ela frequentar instituições de educação infantil. (BAPTISTA, 2010, p.3).

Outras opiniões também são contrárias e argumentam que a necessidade de alfabetizar crianças pequenas, está atrelada com a concepção de antecipação da escolarização. Segundo Suely Mello (2003), muitas vezes, a alfabetização acontece porque pais e professores acreditam que quanto mais cedo a criança é inserida no mundo da escrita, melhor é a qualidade da escola da infância. Para a autora, “essa escolarização precoce ocupa o tempo da criança na escola e toma lugar da brincadeira, do faz-de-conta, da expressão por meio de diferentes linguagens”. (MELLO, 2003, p. 22).

Suely Mello (2003) ainda nos traz que “essa prática de antecipação de escolarização sustenta-se na ideia de que quanto mais cedo a criança se transformar em escolar e se apropriar da escrita, maiores suas possibilidades de sucesso na escola e na vida, e maior o progresso tecnológico do país”. (MELLO, 2003, p. 22). Todavia, a autora apresenta alguns questionamentos

[...]Educar crianças pequenas e alfabetizá-las? Em que medida, quando se fala sobre alfabetização, leitura e escrita, não há uma referência apenas à linguagem escrita? Como estamos trabalhando com as tão comuns formas visuais que se apresentam às crianças? Que conhecimentos o educador tem para lidar com a linguagem visual? O que as crianças querem? Já foram ouvidas? O que os professores/educadores de crianças pequenas pensam, hoje? (MELLO, 2003, p.15).

Ainda pensando na concepção de antecipação da escolarização das crianças pequenas, devemos levar em consideração que as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil não tem como foco a alfabetização das crianças e trazem que na transição da Educação Infantil para o ensino fundamental as propostas pedagógicas devem “prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.” (BRASIL, 2010, p. 30).

É, portanto, dever da Educação Infantil dar oportunidade às crianças pequenas de ter contato e compreender o uso da linguagem escrita sem ter como objetivo a alfabetização mecânica como afirma Augusto (2011)

Para a educação infantil, não convém defender qualquer alfabetização, aquela associada à mecânica e ao treino da técnica de grafar corretamente as palavras. Mas, sim, assumir aquilo que representa o ponto crucial no desenvolvimento da criança, o que permite

compreender a linguagem escrita, mais do que a decodificação de sinais simples. (AUGUSTO, 2011, p.123).

Estas reflexões me encaminham para refletir sobre o chão de sala. Em outras palavras, como lidar com esses dilemas na prática pedagógica cotidiana da Educação Infantil?

2.2 OUTROS DIÁLOGOS PARA PENSAR SOBRE A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS PEQUENAS.

Como destaca Baptista (2010), a linguagem e escrita devem formar leitores, pois eles devem se apropriar da escrita e da leitura, fazendo uso dessas com autonomia e produzir sua própria cultura. Nesse contexto, a autora aponta três pressupostos onde a criança direciona-se até a escrita e letramento. A autora pensa que os meios e fatores favoráveis para aquisição do domínio da leitura e escrita perpassam da seguinte forma, segundo Baptista (2010), esta aquisição se dá através de:

A primeira delas é o fato de que a criança produz cultura na interação que estabelece com outras formas e manifestações de cultura. Como sujeito de direitos, a criança cria cultura, brinca, dá sentido ao mundo, produz história, recria a ordem das coisas, estabelece uma relação crítica com a tradição. (KRAMER, APUD. BAPTISTA, 2009).

Baptista (2010) designa a criança como autora de suas produções, sendo capaz de criar, repensar, manifestar cultura, ou seja, interagir com o meio em que está inserido, que conhece e domina, acredita que a criança vai evoluir de acordo com suas culturas, meio e crenças.

Na segunda concepção a autora nos traz a seguinte proposição:

É a de que a escrita, objeto do conhecimento criado pela humanidade, exerce forte influência sobre a cultura infantil e é, ao mesmo tempo e em certa medida, por ela influenciada. Desde que nascem, as crianças estão imersas em uma cultura específica e, ao longo do seu processo de desenvolvimento, vão criando estratégias para descrever o mundo, compreendê-lo e com ele interagir. (BAPTISTA, 2010, p.2).

A autora traz a escrita como codificação humana, objeto criado pela sociedade e cada um se apropria de forma a melhor se beneficiar, neste âmbito a criança vai desenvolver o que lhe for apresentado ou de forma que necessita para sua própria integração no grupo.

E a terceira é que desde muito cedo a criança tem contato com a leitura, através do meio em que vive, neste sentido a autora indica teóricos que apoiam sua ideia, segundo ela:

Os estudos da psicogênese da leitura e da escrita (Ferreiro e Teberosky, 1985) nos mostraram como as crianças formulam hipóteses para explicar o funcionamento desse sistema, sobretudo porque elas se interessam em conhecê-lo e desejam dele se apropriar. Crianças que ainda não dominam o sistema de escrita alfabética brincam imitando a escrita, criando histórias a partir de textos verbais e visuais. A criança reelabora, reconstrói, reformula elementos constitutivos da escrita, lançando mão da sua forma peculiar de pensar e das suas referências muito próprias sobre o mundo. (BAPTISTA, 2010, p. 3).

Com base neste pressuposto, acredita-se que quando a criança começa a brincar com o real, apropriar-se de algumas falas, reinventar, criar fatos, não necessariamente compreende o que ocorre de forma concreta, mas idealiza de forma a criar novas hipóteses. (BAPTISTA, 2010).

Podemos dizer que não precisa ter compreensão do que se fala, imita ou reproduz, basta ser produção própria da criança. A visão real da criança de acordo com que ela vê naquele momento, fomentador de suas próprias deduções.

Pensando na criança como produtora de cultura e na Educação Infantil como espaço de oportunizar aprendizagens as crianças, Baptista (2010) explica que:

É também importante considerar que o trabalho com a leitura e a escrita na educação infantil deve estar comprometida com o direito de a criança expandir seu conhecimento. Para que isso ocorra, a prática pedagógica deve promover situações significativas em relação à cultura letrada e à cultura infantil. Em suma, o trabalho com a linguagem escrita na educação infantil deve realizar-se por meio de estratégias de aprendizagem capazes de respeitar as características da infância, considerando os significados que a linguagem escrita adquire para os sujeitos que vivenciam essa fase da vida. (BAPTISTA, 2010, p. 3).

Outrora, nos deparamos com o pressuposto de que “Temendo que as práticas com as crianças envolvendo a linguagem oral e escrita sejam vazias de sentido, desconexas ou com um caráter extremamente propedêutico” (KISHIMOTO, 2013). No entanto as incertezas nos deixam evidente a falta de comprometimento, aqui com medo da incerteza nada se faz, nada se aplica, porque o conhecimento pode passar vago pela a criança e este nada agregar.

Em contrapartida a escassez de pesquisas sobre a questão, o desconhecimento de teorias e propostas de letramento/literacia na Educação Infantil e o fato de as professoras de creches não disporem de tempo em sua jornada de trabalho para a formação continuada (Kishimoto 2010, p. 21). A falta de conhecimento e propostas que resultem positivamente, faz com que os docentes se acomodem com velhas teorias e concepções, gerando a velha e desconecta sala de Educação Infantil, que nada mais é que a reprodução em massa.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo apresenta-se os procedimentos metodológicos usados para realização da investigação. Nesta pesquisa busquei me aprofundar nas teorias dos seguintes teóricos: Magda Soares (2020), Ferreiro (2002) e Britto (2005), para compreender as concepções de alfabetização; Baptista (2010), Kishimoto (2010), Augusto (2011), buscando refletir sobre as práticas de leitura e escrita na Educação Infantil.

Concluído o levantamento dos referenciais teóricos que norteiam esta pesquisa e procurando responder ao meu questionamento principal: o que normatizam os documentos oficiais da Educação Infantil sobre a alfabetização de crianças pequenas?

O recurso metodológico escolhido foi o estudo exploratório. Segundo Gil (2002) a pesquisa exploratória

[...]tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de instituições. (GIL, 2002, p.41).

Irei analisar os documentos norteadores da Educação Infantil, sendo estes documentos Lei de Diretrizes e Bases - LDB (1996), Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil - RCNEI (1998), Diretrizes Curriculares para Educação Infantil - DCNEI (2009) e a Base Nacional Curricular Comum - BNCC (2017). Se tratando de análise das legislações citadas acima, a pesquisa também pode ser denominada como documental.

Gil(2002) aponta a pesquisa documental como vantajosa, já que considera os documentos fontes ricas e estáveis de dados.

Após o levantamento analítico e tratamento dos dados destas documentações, procurei me inteirar sobre as propostas de cada um, desta forma, procurando construir relações com o meu tema de estudo. A busca por artigos e teses que procurei me apropriar para o embasamento da análise, foi

realizada por meio do site de base de dados acadêmicos Google Acadêmico, com o intuito de referenciar minha análise².

² Embora esse movimento metodológico tenha sido realizado, senti bastante dificuldade em localizar os elementos pretendidos nessa plataforma.

4 O QUE NORMATIZAM OS DOCUMENTOS OFICIAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS PEQUENAS?

Sobre a Educação Infantil vejamos o que nos traz a LDB, na qual faz repensarmos a Educação Infantil como o primeiro contato que a criança aproxima-se de um espaço externa fora do ambiente familiar com o meio educacional, ou seja, o ponto de partida para muitos anos, ou que talvez nunca se encerre, porquê a formação continuada se faz presente na vida docente. Temos um ponto de partida, mas nunca um ponto final, o conhecimento se faz em construção continuamente.

No entanto, o que se refere à Educação Infantil no contexto da Educação Básica adquiriram uma própria seção na Lei de Diretrizes e Bases, o que nos conduz com mais altivez a vista da construção jurídica, onde retrata com total consciência, objetivos nos quais deixam claros: o desenvolvimento integral da criança até 6 anos, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais, sociais, contemplando o papel da família e da comunidade. Acompanhamos duas esferas importantes nesse entorno: (1º) o desenvolver da pessoa, que está no 205 da CF/88 e que certamente tem a ver com a especificidade, a diferença da Educação Infantil; (2º) é importante no atual momento que é chamar os municípios a estabelecer seus conselhos municipais e se tornarem sistemas de ensino.

Rompe-se a ideia de Educação Infantil como lugar de apenas cuidado com a criança e surgem novas concepções, direitos, deveres a serem regidos, aos quais passa ser operada como uma etapa que tem especificidades próprias, com ações norteadoras, fundamentos tais como fica claro na Lei de Diretrizes e Bases:

A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

- I – avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;
- II – carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;
- III – atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;
- IV – controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

V – expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

No embasamento da Lei de Diretrizes e Bases, eleva as práticas da Educação Infantil a agregar atribuições, sair da prática do incerto e duvidoso, para práticas fundamentadas por lei, que lhes garantem direitos e deveres na Educação Infantil, termina conceito de que esta prática é vazia, pouco fundamentada, tornando-a um lugar onde as crianças podem ter vivências por meio de diversas experiências que contribuam para seus aprendizados.

Ainda buscando atribuir concepções às práticas pedagógicas na Educação Infantil, partimos do pressuposto que as crianças desde que nascem fazem contato com o meio linguístico. A Educação Infantil deve contribuir como meio facilitador para o avanço desta criança, de forma objetiva e organizada, para que exista significância no ato de ler e escrever, pois a leitura de mundo precede a alfabetização, através das construções significativas e das interpretações que a criança adquire ao longo do percurso educativo. Segundo Augusto (2011):

Para a educação infantil, não convém defender qualquer alfabetização, aquela associada à mecânica e ao treino da técnica de grafar corretamente as palavras. Mas, sim, assumir aquilo que representa o ponto crucial no desenvolvimento da criança, o que permite compreender a linguagem escrita, mais do que a decodificação de sinais simples". (AUGUSTO, 2011, p.123).

Não precisamos forçar, muito menos associar ao repeteco constante, mas considerar o tempo, cultura, que existe em cada criança ao chegar na Educação Infantil e explorar para que durante o processo a criança consiga construir o significado, compreender que a leitura pode expandir sua imaginação. No qual tão importante quanto falar, é poder ler, escrever, criar suas próprias concepções e entendimentos, é estar inserido realmente no meio em que vive, para dar força a tais atribuições.

Para Britto (2005), alfabetizar não é ter domínio de uma técnica, mas sim tornar a pessoa pertencente ao mundo da escrita de modo que ela possa utilizar os discursos da escrita e “[...] ter condições de operar criticamente com os modos de pensar e produzir da cultura escrita” (BRITTO, 2005, p.13).

Bem como ainda precisamos atentar na importância de que seja ofertado aos sistemas de educação custeio para as bases pedagógicas e curriculares, bem como o funcionamento das instituições, para que lhes haja garantia de um ensino com qualidade no atendimento às crianças. Também sabemos que parte significativa do atendimento até sete anos de idade ocorre fora do espaço escolar, fato a ser repensado pelo conselho de Educação. Contudo, a real expectativa de todos envolvidos, é que tudo seja pensado em um mesmo contexto “qualidade”, na qual ações que regulamentam o atendimento às crianças devem ocorrer de forma integrada, pois estados e municípios devem se articular de forma autônoma para suprir as necessidades da Educação Básica. Partindo do princípio que:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade[...]. (BRASIL, 1996).

Por este motivo, tomamos consciência que a Educação Infantil é uma etapa tão relevante na construção de conhecimentos de si e do mundo.

Porém na Educação infantil, o docente precisa se articular de maneira que além do trabalho diário do ensinar e aprender, este necessita estar integrado à família. O professor integra a criança no espaço escolar e este movimento estende-se à família e sociedade, no qual, este processo contribui para o desenvolvimento social da criança, e este trabalho carece de formação profissional. Ainda que as leis são claras, presenciamos muita falta de preparo, principalmente no que se refere a Educação Infantil, o que até tão pouco seguia sem normativas, regras e leis. Neste trecho podemos acompanhar com clareza a Lei de Diretrizes e Bases – LDB determina no Artigo 62, as exigências para essa formação na Educação Básica:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996).

Ainda por mais que saibamos da necessidade de uma formação específica e continuada, também disponibiliza docentes sem formação em sala,

fator que distancia a Educação Infantil da realidade desejada. Embora esta realidade se mostra de outra forma nas disposições transitórias da LDB (Artigo 88, parágrafo 4º), quando estabelece que, finalizada a Década da Educação, somente deverão ser “admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”. (BRASIL, 1996).

O profissional da Educação Infantil vem recebendo novas regras, se ressignificando em sala, em contrapartida há maior valorização no âmbito escolar.

Contudo, ainda não temos somente uma fonte norteadora que contribui para a realidade da Educação Infantil. Vejamos o que nos diz o RCNEI - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, ou como já visto anteriormente, nos mostra que o desejável é contraditório a finalidade social da Educação Infantil, aqui vista como meio de amenizar situações econômica familiar:

O atendimento institucional à criança pequena, no Brasil e no mundo, apresenta ao longo de sua história concepções bastante divergentes sobre sua finalidade social. Grande parte dessas instituições nasceram com o objetivo de atender exclusivamente às crianças de baixa renda. O uso de creches e de programas pré-escolares como estratégia para combater a pobreza e resolver problemas ligados à sobrevivência das crianças foi, durante muitos anos, justificativa para a existência de atendimentos de baixo custo, com aplicações orçamentárias insuficientes, escassez de recursos materiais; precariedade de instalações; formação insuficiente de seus profissionais e alta proporção de crianças por adulto. (BRASIL, 1998, p. 16).

E ainda podemos ir mais longe, algo pensado e formatado somente para pobres, em especial as instituições intituladas públicas, sinalizando de forma a sanar faltas e carências das crianças e também da família, nada vinculava a ideias sociais, igualdade ou de liberdade.

Para mais a criança até pouco tempo era vista como ser frágil, carente, emotiva, enquadrando por muitas vezes o docente no papel da figura materna, com isso, distanciamento total de tudo que se pensa em planejar pedagogicamente. Vemos no RCNEI que:

[...]polêmicas sobre cuidar e educar, sobre o papel do afeto na relação pedagógica e sobre educar para o desenvolvimento ou para o conhecimento têm constituído, portanto, o panorama de fundo sobre o qual se constroem as propostas em educação infantil. (BRASIL, 1998, p. 18)

Por vezes, verificamos que o cuidar passa a ser a maior prática existente nas instituições de Educação Infantil e que o educar fique em segundo plano, no entanto, cuidar e educar são indissociáveis, pois há no cuidado aprendizagem.

A visão da criança vem se transformando no decorrer dos anos, a criança como sujeito pleno de direitos e que faz parte da sociedade da qual está inserida, sabemos que o entendimento sobre a criança varia de acordo com o lugar em que vive, desta forma podemos habitar a mesma cidade e concepções diferentes ao que se refere à criança e muitos são os fatores que contribui para essa variação.

Muitos problemas são evidenciados quando falamos das infâncias, como trabalho infantil, abuso por parte dos adultos, a desvalorização do ser criança se faz presente neste quadro, contrapartida temos uma outra face, que protege em demasia, aqui recebe de todos os lados cuidados suficiente para seu desenvolvimento de forma saudável, física e emocional, somos resultado de uma sociedade dividida, que ainda não se decidiu para que lado vai caminhar, evoluir, pensar na imagem da criança com um ser e respeitar cada limitação e diferença é o princípio de tudo de qualquer mudança.

Compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais. Embora os conhecimentos derivados da psicologia, antropologia, sociologia, medicina etc. possam ser de grande valia para desvelar o universo infantil apontando algumas características comuns de ser das crianças, elas permanecem únicas em suas individualidades e diferenças. (BRASIL, 1998, p. 22)

Precisamos apreciar cada criança como ser único, com capacidade, autonomia, sobre qualquer tarefa a desenvolver, respeitando suas limitações e evidenciando o que já possui de construção de seu próprio conhecimento, enxergar a criança e respeitar sua infância significar, ressignificar é a palavra de ordem, como visto anteriormente pela autora Baptista (2010), que as propostas pedagógicas envolvendo a leitura e a escrita devem estar comprometidas com o direito que as crianças têm de expandir seus conhecimentos e para que isso ocorra, devem ser propostas situações que atribuam sentido a cultura escrita e à cultura infantil, respeitando as especificidades da infância.

A interação social faz parte da prática pedagógica na Educação Infantil, cabe ao docente promover situações de trocas em sala, conversas, brincadeiras,

aprendizagens orientadas, de forma a confrontar essa criança a criar suas próprias conclusões, ideias de forma tão segura e prazerosa de modo a vir compartilhar com os colegas, e de forma a instigar o próximo a fala, participação, resultando em autonomia pessoal segundo RCNEI (1998):

Nessa perspectiva, o professor deve refletir e discutir com seus pares sobre os critérios utilizados na organização dos agrupamentos e das situações de interação, mesmo entre bebês, visando, sempre que possível, a auxiliar as trocas entre as crianças e, ao mesmo tempo, garantir-lhes o espaço da individualidade. (BRASIL, 1998, p. 31)

A introdução na sociedade, e o convívio social atribui condições favoráveis para o desenvolvimento social, capacitando para viver em sociedade, conflitos comuns cotidianos, negociações, e mediações de situações emocionais são fatores indispensáveis para a evolução da criança em sociedade.

O convívio social oferece situações únicas onde podemos trabalhar soluções, ações e pensamentos, ampliando o domínio desta criança sobre seus atos. É indispensável que para a boa sobrevivência em sociedade há que se considerar cada criança em si, respeitando suas limitações. Pois cabe ao docente promover propostas e experiências individuais ou coletivas, que levem em conta a escuta da criança dentro do cotidiano da sala. É fundamental para o desenvolvimento social, cognitivo, afetivo, cultural e motor que as crianças vivenciem práticas que ampliem seu aprendizado. Segundo o RCNEI:

Considerar que as crianças são diferentes entre si, implica propiciar uma educação baseada em condições de aprendizagem que respeitem suas necessidades e ritmos individuais, visando a ampliar e a enriquecer as capacidades de cada criança, considerando-as como pessoas singulares e com características próprias. Individualizar a educação infantil, ao contrário do que se poderia supor, não é marcar e estigmatizar as crianças pelo que diferem, mas levar em conta suas singularidades. (BRASIL, 1998, p. 33)

Individualizar o ser em si, em relevância a bagagens trazidas do meio familiar, social, partindo do princípio a evoluir e não podar, respeitar e valorizar, aproximar o aprendizado com o real, dando lhes sentido ao que estão aprendendo, demonstrar que tudo que aprendemos podemos se utilizar na nossa vida social, nas práticas do cotidiano. Dentro deste contexto podemos apreciar no RCNEI (1998):

A prática educativa deve buscar situações de aprendizagens que reproduzam contextos cotidianos nos quais, por exemplo, escrever, contar, ler, desenhar, procurar uma informação etc. tenha uma função real. Isto é, escreve-se para guardar uma informação, para enviar uma mensagem, contam-se tampinhas para fazer uma coleção etc. (BRASIL, 1998, p. 33)

Dar lhes sentido ao que estão aprendendo, torna o aprendizado mais significativo e prazeroso, a introdução ao meio social vai muito além das rotinas encontradas diariamente em sala, e se estende também ao encontro do não habitual, que por vezes o primeiro contato é na escola, onde produzem conjuntamente os primeiros atos de rejeição, e exclusão, partindo da ideia que a Educação Infantil é o primeiro contato com a educação, repensando é aqui que a criança vai ter seus primeiros contatos sociais com pessoas fora do seus núcleos familiares, idealizar formas e conceitos diante deste suposto precisamos adentrar a fatores sociais e de conduta a idealização do próximo como os ditos “normais”, a parada para pensar na educação para todos está diretamente relacionada a inclusão, fazer com que se sinta dentro do meio inserido, criar, propiciar, é papel docente, cabe a nós segundo RCNEI (1998):

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. [...] Contemplar o cuidado na esfera da instituição da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica. (BRASIL, 1998, p. 23 e 34)

Neste sentido, educar é incorporar sentidos, deve ser pensado para diversidade, englobar todas as crianças neste contexto atual da educação, indiferentemente da sua condição social, ou pessoal. Respeitar a singularidade de cada um é o ponto de partida para tudo dar certo. Educar para o não segregar (BRASIL, 1998, p. 35).

Os avanços no pensamento sociológico, filosófico e legal vêm exigindo, por parte do sistema educacional brasileiro, o abandono de práticas segregacionistas que, ao longo da história, marginalizaram e estigmatizam pessoas com diferenças individuais acentuadas. (BRASIL, 1998, p. 35)

A prática pedagógica infundida a uma proposta curricular de educação inclusiva, deve articular respeito ao nível de desenvolvimento da criança, com tarefas desafiadoras a medida que a criança consiga desenvolvê-la com aptidão, sem causar nenhum tipo de constrangimento, ou desmotivação ao que lhe foi proposto. e que oportunize avanços para uma situação mais privilegiada e ampliação dos contextos de desenvolvimento das crianças (VYGOTSKY, 2000).

A inclusão perpassa por todas as etapas do ensino, e podemos acompanhar o impacto da inclusão na Educação Infantil notadamente no aumento significativo das matrículas dos últimos anos. O atendimento às crianças com deficiência tem aumentado no país, em razão da adoção de uma política de educação inclusiva, que prevê a sua inserção nas escolas regulares, como mostra Baiense (2022) em sua pesquisa.

Isso denota a legitimidade de um processo de aquisição de direitos, desenvolvido juntamente ao contexto social, (BIAGGIO, 2007). As crianças com algum tipo de deficiência, embora não todas, já estão de fato inseridas no processo, o grande desafio de agora, é incluí-las, rompendo barreiras ideológicas, físicas, socioculturais, pedagógicas, etc.

O percurso deste público infantil a rede regular de ensino, indubitavelmente foi delimitado pelas demandas sociais, como descreve o documento de Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos PNE (2006):

Um aspecto importante na trajetória da educação da criança de 0 a 6 anos, gerado pela sociedade, é a pressão gerada pelos movimentos sociais organizados pela expansão e qualificação do atendimento. Historicamente, essa demanda aumenta à medida que cresce a inserção feminina no mercado de trabalho e há uma maior conscientização da necessidade da educação da criança sustentada por uma base científica cada vez mais ampla e alicerçada em uma diversificada experiência pedagógica. (BRASIL, 2006, p.06-07)

Apresentar ação pedagógica, com um intuito que respeite as necessidades de aprendizagem e desenvolvimento de todas as crianças, crer nos avanços, apreciar, comemorar cada um deles, contemplar a diferença, respeitar os limites e as possibilidades individuais, e propor atividades num todo, respeitando as noções de compreensão, sintam-se incluídos em sala, e não a passeio, tampouco como passatempo ou recreação.

Por vez este condicionamento, esse aspecto multifuncional demanda formação profissional demasiadamente reflexiva, empática, e inteiramente ligada ao contexto escolar e família, um elo único, não se pode pensar em educação inclusiva, por si só.

Com base ainda no RCNEI e elencando ao tema de pesquisa alfabetização na Educação Infantil, o que normatizam os documentos oficiais da Educação Infantil sobre a alfabetização de crianças pequenas? Podemos afirmar que:

O domínio progressivo das diferentes linguagens que favorecem a expressão e comunicação de sentimentos, emoções e idéias das crianças, propiciam a interação com os outros e facilitam a mediação com a cultura e os conhecimentos constituídos. (BRASIL, 1998, p. 46)

A alfabetização, linguagem como meio de comunicação e introdutório ao meio social, a criança tem acesso à leitura em inúmeros campos no meio em que vive, explorar em benefício próprio é o caminho para evolução. E mais para complemento deste pensar, esse norteia o ofício docente na Educação Infantil com mais objetividade.

A prática educativa é bastante complexa e são inúmeras as questões que se apresentam no cotidiano e que transcendem o planejamento didático e a própria proposta curricular. Na perspectiva de explicitar algumas indicações sobre o enfoque didático e apoiar o trabalho do professor, as orientações didáticas situam-se no espaço entre as intenções educativas e a prática. As orientações didáticas são subsídios que remetem ao “como fazer”, à intervenção direta do professor na promoção de atividades e cuidados alinhados com uma concepção de criança e de educação. (BRASIL, 1998, p. 54)

A prática pedagógica na Educação infantil deve estar atenta e em movimento, de modo a articular se no seu entorno, jamais pronta, finalizada, engessada. Ainda em relação ao contato, mesmo quando bebês elas já possuem sua própria cultura, e produzem vínculos com o meio em que vivem bem natural criarem apegos com as pessoas próximas que cuidam, brincam, e mediam seu contato com o meio social. Segundo RCNEI (1998):

Entre o bebê e as pessoas que cuidam, interagem e brincam com ele se estabelece uma forte relação afetiva (a qual envolve sentimentos complexos e contraditórios como amor, carinho, encantamento, frustração, raiva, culpa etc.). Essas pessoas não apenas cuidam da criança, mas também medeiam seus contatos com o mundo, atuando

com ela, organizando e interpretando para ela esse mundo. (BRASIL, 1998, p. 17)

Ao que se refere a apropriação de conhecimentos, respeito e confiança, podemos afirmar mediante as diretrizes curriculares que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil nos trazem no Artigo 8º que:

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (BRASIL, 2010)

O ambiente escolar, se relaciona explicitamente com a socialização, de forma que deve a docência deve respeitar a realidade na qual a escola está inserida, respeitando, as culturas, religiões, vivenciadas e adquiridas no seio familiar, e na comunidade.

Ainda segundo as DCNEIs, em seu Artigo 9º, as práticas pedagógicas na Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e as brincadeiras, garantindo experiências em que as crianças possam construir e apropriar-se de conhecimentos por meio das interações com as outras crianças e com os adultos e experienciar no brincar sua aprendizagem.

Já em seu inciso III do mesmo artigo, há o objetivo de que as propostas possibilitem que as crianças experienciem momentos nos quais possam usufruir de narrativas e de apreciação e interação da linguagem oral e escrita, através de diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos. (BRASIL, 2009).

Seguindo nossa abordagem o que nos traz a BNCC consequentemente ao tema geral da nossa pesquisa, pode se afirmar que a alfabetização só ocorre por completa nos primeiros anos das séries iniciais, que é onde a criança aprende por completo a codificar e decodificar, ainda respeitando todo tipo de acesso que a criança trás da Educação Infantil, e do contexto familiar, o processo só se dá por completo nas séries iniciais. Segundo a BNCC (2017):

Embora, desde que nasce e na Educação Infantil, a criança esteja cercada e participe de diferentes práticas letradas, é nos anos iniciais (1º e 2º anos) do Ensino Fundamental que se espera que ela se

alfabetize. Isso significa que a alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica. Nesse processo, é preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga “codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do estabelecimento de relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua. (BRASIL, 2017, p. 88-89)

A linguagem escrita faz parte de um processo de codificação e ocorre de forma mais lenta, porém o contato com a alfabetização, como já vimos anteriormente ocorre desde muito cedo, e faz parte do processo da educação, incentivar, motivar, e mediar este processo que advém do âmbito familiar. Precisamos promover momentos de leitura e contato com os livros, de modo que a alfabetização por completa venha contemplar esse hábito já existente na criança.

Contudo, na Base Nacional Comum Curricular, fica claro que para que ocorra por completo esta construção é necessário algumas etapas pontuadas na legislação já existente no trecho que se refere aos anos iniciais do Ensino Fundamental:

- diferenciar desenhos/grafismos (símbolos) de grafemas/letras (signos);
- desenvolver a capacidade de reconhecimento global de palavras (que chamamos de leitura “incidental”, como é o caso da leitura de logomarcas em rótulos), que será depois responsável pela fluência na leitura;
- construir o conhecimento do alfabeto da língua em questão;
- perceber quais sons se deve representar na escrita e como;
- construir a relação fonema-grafema: a percepção de que as letras estão representando certos sons da fala em contextos precisos;
- perceber a sílaba em sua variedade como contexto fonológico desta representação;
- até, finalmente, compreender o modo de relação entre fonemas e grafemas, em uma língua específica. (BRASIL, 2017, p. 91).

Na BNCC, ainda durante a etapa da Educação Infantil, a leitura e a escrita são pontuadas por exemplo, no campo de experiência denominado, escuta, fala, pensamento e imaginação. Este campo nos evidencia que desde o nascimento a criança está inserida em sua cultura e interage nela construindo e se apropriando de sua cultura oral que posteriormente se desenvolve na curiosidade pela cultura escrita através das construções experienciadas tanto no meio familiar quanto no meio escolar. (BRASIL, 2017).

No campo está explícito que a criança “manifesta curiosidade pela cultura escrita desde cedo, quando ouvem e acompanham a leitura de textos e ao se deparar com textos que circulam no contexto em que vivem”. (BRASIL, 2017, p. 42).

Ainda segundo o campo

[...] a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo.[...] Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua (BRASIL, 2017, p.42).

Como acompanhamos em alguns teóricos, o que eles nos representam, reforçamos a fala de Tebaldi (2019), que deixa evidente que o posicionamento dos docentes aparece de duas formas: algumas com posicionamentos defendendo as práticas de letramento e outras que temem que as práticas relacionadas à linguagem escrita sejam sem sentido (TEBALDI, 2019, p.3).

Sabemos que até a data de hoje a Educação Infantil evoluiu em muitos fatores, que existam leis, parâmetros que designam o trabalho da Educação Infantil.

Feita a análise dos documentos normatizadores, entende-se que em nenhum deles é proposto a alfabetização de crianças pequenas, mas sim a inserção das crianças em um ambiente onde possam ter contato com os diferentes tipos de linguagens.

5 CONSIDERAÇÕES

Chega-se nas considerações deste estudo a partir do meu problema de pesquisa o que normatizam os documentos oficiais da Educação Infantil sobre a alfabetização de crianças pequenas? No qual verifica-se a partir dos estudos, que a alfabetização de crianças pequenas deve ser trabalhada de forma em que as crianças possam vivenciar experiências com a cultura letrada, seja com livros, revistas, textos diversos ou com propostas que elas possam expressar-se por meio das hipóteses de escrita que criam em contato com o mundo letrado como mostram alguns documentos norteadores da Educação Infantil.

O docente como mediador da prática precisa ter olhar atento aos interesses das crianças, sabendo que elas são as protagonistas do próprio aprendizado. Por este motivo é importante compreender que o processo de alfabetização está para além de ensinar a codificar e decodificar grafemas e fonemas às crianças. Nesta etapa educacional, as crianças devem vivenciar experiências que contribuam para a construção de aprendizagens priorizando as interações e o brincar.

Ao longo das leituras realizadas, por muitas vezes verificamos a relevância do docente no processo de ampliação e promoção da criança a experiências que possibilitem sua interação com a cultura escrita, na qual, muito além de educar, há que se evidenciar o exemplo que muitas delas irão ter durante os anos na escola. Por este motivo, a importância do docente ser leitor e apresentar este mundo letrado para as crianças.

Por meio da análise e das leituras realizadas, pode-se analisar algumas práticas tão comuns em determinadas instituições de Educação Infantil que trata da alfabetização como técnica de codificar e decodificar códigos, mas sem entender que o trabalho com crianças pequenas é permitir que elas tenham acesso a diferentes tipos de linguagem respeitando seus interesses e suas especificidades.

Com esta pesquisa, conclui-se que os documentos norteadores da Educação Infantil não são alfabetizadores, mas buscam introduzir as crianças no mundo da leitura e escrita sem a finalidade de alfabetizar de forma mecânica.

REFERÊNCIAS

BAIENSE, Ana Elena dos Santos. **Percentual de alunos matrículas com deficiência em classes comuns ou especiais exclusiva no Brasil – 2015 a 2019**. Research, Society and Development, v. 11. 2022.

BAPTISTA, Mônica Correia. **A linguagem escrita e o direito à educação na primeira infância**. 2010.

BIAGGIO, Rita de. **A inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré – escolas**. Revista Criança, Brasília, 44, 19-26. 2007.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico. 1988.

_____. Ministério da Educação. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB, nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: CNE, 2009.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BRITTO, Luiz Percival Leme. **Educação infantil e cultura escrita**. IN: FARIA, Ana Lúcia Goulart e MELLO, Suely Amaral (orgs.). Linguagens infantis: outras formas de leitura. Campinas: Autores Associados, 2005, p.VII-XVI.

FARIA, Ana Lúcia Goulart. **Educação Infantil pós LDB: rumos e desafios**. IN: PALHARES, Marina Silveira (orgs.). Campinas: Autores Associados. FE-UNICAMP. Editora da UFSC, 1999, 112p.

FERREIRO, Emília. **O ingresso nas culturas da escrita**. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart (org.). O coletivo infantil em creches e pré-escolas: falares e saberes. São Paulo: Cortez, 2007, p. 55-66

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: São Paulo, 2002.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Alfabetização e letramento/literacia no contexto da educação infantil: desafios para o ensino, para a pesquisa e para a formação**. Revista Múltiplas Escolhas, São Paulo, v. 3, n. 1, p.18-36, jun. 2010.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida; OLIVEIRA, Júlia Formosinho. **Em busca da**

pedagogia da infância: pertencer e participar. [S.l: s.n.], 2013.

LOPES, Conceição Aparecida Oliveira. **Percursos da inclusão na Educação Infantil e constituição de um novo currículo.** Educere. 2013.

MELLO, Suely Amaral. **O processo de aquisição da escrita na educação infantil: contribuições de Vigotsky.** IN: FARIA, Ana Lúcia Goulart e MELLO, Suely Amaral (orgs.). Linguagens infantis: outras formas de leitura. Campinas: Autores Associados, 2005, p.23-40.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: CEALE/Autêntica, 1998.

_____. **Alfabetar: toda criança pode aprender a ler e a escrever.** São Paulo: Contexto, 2020. 352 p.

VIGOTSKI, Lev. **A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores.** 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TEBALDI, Lisiane Rossatto.; CARVALHO, Rodrigo Saballa de. **Letramento e brincadeira: implicações e efeitos da Base Nacional Comum Curricular na prática pedagógica docente na pré-escola.** In: V COLBEDUCA – Colóquio Luso-brasileiro de Educação, 2019, Joinville. Anais do V COLBEDUCA – Colóquio Luso-brasileiro de Educação, 2019. v. 4.